

JUNHO

Nº 45

NCz\$ 0,60



ÓRGÃO DA EXECUTIVA NACIONAL

VI Encontro Nacional

Delegados das bases partidárias se reúnem em São Bernardo para decidir programa e vice.



A arrancada para a vitória

Entrevistas com:

**Luís Gushiken • José Genoíno • Virgílio Guimarães • João Machado • Ivan Valente
• Markus Sokol • Valério Arcari • Hamilton Pereira • Vladimir Palmeira**

Editorial

Rumo à vitória

Com a realização do seu VI Encontro Nacional, o Partido dos Trabalhadores marca dez anos de um processo de construção amplamente vitorioso.

Esse processo esteve colado à história recente dos trabalhadores brasileiros, em sua luta por uma vida digna e liberdade para expressar suas mais fundas aspirações. Os adversários do partido acusaram-no de pensar apenas em si mesmo, em detrimento do país. Na verdade, o PT cresceu justamente porque foi o que melhor captou as reais necessidades da sociedade brasileira. Quem mais pode saber do que precisa o país senão os que o levam nos ombros?

Ancorado nessa base, o partido obteve seu registro oficial e disputou as eleições estaduais de 1982, tornando-se a partir daí o mais conseqüente pólo de oposição à ditadura militar.

Na luta contra o autoritarismo, partido dos trabalhadores e partido da democracia passaram a significar uma só coisa. Em 1984, nas inesquecíveis mobilizações pelas eleições diretas para a Presidência da República, esse binômio deu à causa um conteúdo social que, além de ter veiculado a mensagem de maior repercussão nas massas, ultrapassou o estreito horizonte democrático da oposição burguesa.

Com a decisão do PMDB de chegar a um acordo, via Colégio Eleitoral, com os remanescentes da ditadura em desagregação — aceitando desse modo a continuidade da tutela militar sobre o Estado —, o PT viveu um momento de inevitável e consciente isolamento político. Mais uma vez, os partidos tradicionais agiam sob a idéia de um país fictício, subtraído de trabalhadores,

que venderam com a embalagem fraudada de "Nova República". Mantendo sua mira sobre o país real, o PT repudiou a transação das elites e deu a volta por cima.

As ilusões logo se dissiparam. A população foi vendo que o PMDB, rapidamente, abandonava suas principais bandeiras mudancistas. Coube ao PT resgatá-las, abastecido pela retomada de uma crescente luta social.

O incremento cada vez maior de sua densidade eleitoral não é apenas conseqüência desse fato. A medida em que se consolidava como pólo à esquerda de oposição à "Nova República", o PT foi se apercebendo de que já não era só uma expressão política dos movimentos sociais, vivendo ao sabor de seus fluxos e refluxos. Tratava-se já de um partido no sentido mais pleno, que projetava o futuro, que elaborava soluções positivas para a crise brasileira e que, aspirava ao poder, lutava pela construção de uma sociedade socialista.

Essa consciência se expressou claramente no V Encontro Nacional do partido, realizado em dezembro de 1987. O lançamento do Lula à Presidência da República, já nessa época, é fruto da idéia de que as classes trabalhadoras não só precisam ter um espaço próprio na sociedade, mas tem força e capacidade para geri-la como um todo. É fruto da consciência de que o PT tornou-se a única alternativa política capaz de levar o país a uma democracia efetiva e ao socialismo.

Demos um passo fundamental nessa direção nas eleições municipais do ano passado. Agora, com a realização do VI Encontro Nacional, haveremos de dar a arrancada rumo à vitória do Lula e a conquistas decisivas.

Notas

Portadores de deficiência

Primeira Reunião Nacional dos Petistas Portadores de Deficiência. O PT será o primeiro partido de esquerda a realizar um evento desse tipo na história do Brasil.

O encontro será em São Paulo, no Hotel Danúbio, entre os dias 30 de junho e 2 de julho. Segundo a Secretaria Nacional de Movimentos Populares do partido, cerca de cem pessoas deverão participar, representando os portadores de deficiência (física ou

mental) organizados no PT.

Dois são os objetivos da reunião: primeiro, discutir a situação atual dos portadores de deficiência no Brasil e elaborar uma proposta para o Programa de Ação de Governo do Lula; segundo, discutir uma forma de organização desses militantes no interior do partido.

Quem quiser maiores informações e inscrever-se para participar do encontro, falar com Sônia, na sede nacional do PT (tel: 575-2299).

Jornalismo perverso

O correspondente da *Folha de S. Paulo* nos Estados Unidos Paulo Francis, escreveu na edição de 3 de junho (sábado) daquele jornal que se sentiu "muito ferido" com uma carta "desaforada" que recebeu do jornalista Ricardo Kotscho, assessor de imprensa da campanha Lula.

Francis nada escreveu em seu artigo sobre o conteúdo da carta. Mas ela foi publicada na quinta-feira anterior (1º de junho), no *Painel do Leitor* do jornal. Nela, Kotscho esclarece que durante a última viagem de Lula aos Estados Unidos, Paulo Francis enviou uma pessoa até a delegação do PT para tentar uma entrevista para a Rede Globo.

Lula aceitou e agendou o convite, só que a direção da Rede Globo no Rio de Janeiro proibiu expressamente qualquer cobertura da viagem.

O que "feriu" Paulo Francis foi o fato de Kotscho ter denunciado o jornalismo perverso praticado pelo correspondente da *Folha*. É que este, apesar de em nenhum momento ter acompanhado a viagem de Lula — e não comentar uma linha sequer sobre o veto da Globo —, usou de sua habitual arrogância para inventar estórias sobre o que se passou nos Estados Unidos.

Este é o jornalismo "imparcial" e "baseado nos fatos" que ele e seus patrões tanto proclamam.

Secretaria agrária

Nos próximos dias 14, 15 e 16 de junho, no Instituto Cajamar, será realizado o Encontro Nacional das Secretarias Agrárias Estaduais do PT. Deverão estar presentes delegados de 22 estados. O objetivo é elaborar uma estratégia para a campanha do Lula no campo e a intervenção

do partido no Dia Nacional de Luta do Trabalhador do Campo, em 25 de julho.

A Secretaria Agrária promoveu, entre 25 e 28 de maio, em Marabá (PA), um encontro que debateu a influência do *Projeto Carajás* sobre os trabalhadores rurais da região norte do país.



Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, av. 11 de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP — fone: 572-2299.

Secretário de Comunicação
Rui Falcão

Editor
Cícero Araújo
Repórter
Marisa Lourenço
Colaboradores: Hugo Scotte, Magda David, Márcia Milanésio.
Diagramação
Mônica Ribeiro Dias
Tiragem: 30 mil exemplares
Comp., Mont., Fotol.:
Scritta Oficina Editorial
Impressão
DCI Indústria Gráfica
Circulação
Rogério De Queiroz Chaves

O debate do VI Encontro

Democracia nas decisões

Em São Bernardo, representantes nacionais do PT se reúnem para definir quem será o candidato a vice e o programa que nos conduzirá à vitória em 15 de novembro

Após vários meses de muita pesquisa e discussão, o PT apresentará oficialmente à sociedade brasileira seu Programa de Ação de Governo (PAG), com o qual seu candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, mostrará nos palanques que a Frente Brasil Popular (composta pelo PT, PV, PSB e PC do B) não só tem as propostas socialmente mais justas para o país, como as mais competentes. Tal ocorrerá entre os dias 16 e 18 de junho, em São

Bernardo do Campo, quando representantes de todos os estados brasileiros estarão realizando o VI Encontro Nacional do PT. Na pauta também está prevista a definição do candidato a vice-presidente. Disputam a indicação vários companheiros: Fernando Gabeira, indicado pelo PV; Antônio Houais, indicado pelo PSB; e Paulo Freire, Benedita da Silva e Virgílio Guimarães, indicados pelo Diretório Nacional do PT. Antes dessas deliberações, os

participantes do Encontro travarão debate sobre a conjuntura política e a estratégia da campanha eleitoral. Estas questões serão previamente debatidas em grupos — cada qual com no máximo 60 participantes, de acordo com o regimento interno do VI Encontro proposto pela Executiva Nacional — e depois levados à plenária. Os 550 representantes do VI Encontro Nacional com direito a voto foram eleitos nos Encontros Regionais do partido, na proporção de um por

mil filiados ou fração igual ou superior a 500. Também estão entre os delegados os membros efetivos e suplentes da Comissão Executiva Nacional. Nenhum delegado terá voto cumulativo.

Campanha

No balanço da conjuntura política — sobre o qual serão traçados os principais passos a serem dados pela campanha eleitoral —, deverão ser objeto de discussão temas como a situação dos demais candidatos presidenciais (especialmente a

recente adesão de expressivos setores conservadores à candidatura de Fernando Collor de Melo); a onda de greves que vem atingindo todos os cantos do país; o agravamento da crise econômica; e a atuação das prefeituras administradas pelo PT.

Nas próximas páginas, o BN publica nove entrevistas de lideranças do partido que opinam sobre os temas mais polêmicos do VI Encontro Nacional.

Por que o trabalhador faz greve

A Comissão Executiva Nacional do PT divulgou, no último dia 17 de maio, a seguinte nota oficial em defesa das greves e das lutas dos trabalhadores:

“Já virou moda o presidente Sarney ir para a televisão e culpar as lideranças dos trabalhadores pela crise a que ele mesmo condenou o País. Também não passa de um dia sem que a grande imprensa abra espaço para os representantes da classe patronal atacarem as greves, acusarem os dirigentes sindicais e políticos dos trabalhadores. Será que eles têm razão? Claro que não.

Quem é o culpado?

Afinal, quem estabeleceu que a família de um trabalhador deve viver com NCZ\$ 84,10 por mês? Quem decidiu inventar esse fracassado Plano Verão, que só serviu para arrochar mais ainda os salários? Quem impediu a Reforma Agrária e permite que jagunços assassinem impunemente centenas de tra-

balhadores rurais? Quem transformou o Brasil em paraíso da especulação financeira e da sonegação de lucro para as multinacionais? É o governo Sarney. Esse mesmo que remete para o exterior, a cada ano, o valor de toda nossa exportação agrícola só para pagar os juros de uma dívida externa já liquidada há muito tempo. Por isso, não investe nos serviços públicos essenciais para o povo: transporte, saúde, educação, habitação popular, água, luz. Por isso, paga péssimos salários aos funcionários, incha a máquina administrativa e faz piorar a qualidade desses serviços. A verdade é que a fome, o desemprego, o desespero fazem parte da vida, do dia-a-dia de milhões de trabalhadores brasileiros. É por isso que o trabalhador vai à greve. Para poder trabalhar e sobreviver, o camponês é obrigado a ocupar terras abandonadas; para poder morar, o trabalhador da cidade tem que ocupar terrenos baldios; para defender seu salário,

o trabalhador vai à greve. Uma coisa precisa ficar clara: *nenhum trabalhador faz greve por prazer. E questão de luta pela sobrevivência. Quem provoca a greve é o patrão que paga salários de fome; quem provoca a ocupação de terras é o governo que não faz e impede a reforma agrária. A greve é um direito fundamental: é questão de legítima defesa da vida. Ninguém segura alguém que vê os seus passando fome, privados de bens essenciais, apesar de tanto trabalho!*

Defesa da vida

Mas este mesmo governo, que nada faz em defesa dos trabalhadores, é rápido para defender os interesses de seus aliados, os patrões. O governo Sarney baixou a Medida Provisória nº 50, rasgando a Constituição, para espalhar o medo e tentar segurar as greves. E fez mais: demitiu, perseguiu, ameaçou, criou o clima para atentados, bombas, assassinatos, tudo para impedir que os trabalhadores lutem por suas conquistas. *Os patrões e o governo não*

conseguem conviver com a democracia.

Não satisfeitos com esta ofensiva, patrões e governo usam os meios de comunicação para tentar jogar sobre os trabalhadores o fracasso e a incompetência de sua política econômica. Querem passar a idéia de que as lideranças sindicais são irresponsáveis, inimigas do povo. Tentam culpar os trabalhadores pela crise do país e pela corrupção que corre solta dentro do governo.

Mas nenhuma mentira, nenhuma ameaça, nenhuma campanha vai intimidar a classe trabalhadora. Pagando um duro preço, ela continua na luta. Fazendo crescer a organização popular, fortalecendo a Central Única dos Trabalhadores — CUT —, acumulando vitórias contra a política de arrocho salarial. O Partido dos Trabalhadores torna-se a cada dia a expressão maior dessa força, organizando-se como alternativa de governo e de um novo poder. É dessa força que os patrões e seu governo têm medo. Eles

sabem que a cada greve, a cada ocupação de terra, a cada luta do povo, está sendo posta em dúvida sua dominação. Eles sabem que no dia 15 de novembro, este mesmo povo pode dar uma virada decisiva na História do Brasil, elegendando um operário para a Presidência da República. Por isso a perseguição e a repressão.

O Partido dos Trabalhadores entende que as lutas populares e as greves são instrumentos legítimos de defesa da vida, são direitos fundamentais do trabalhador, são um valor universal da humanidade. Sem direito de greve não há democracia!

Solidário com as greves e com as lutas do povo brasileiro, o PT conclama todos os trabalhadores, todas as forças democráticas e progressistas da sociedade e garantirem na prática a mais verdadeira e radical democracia. A se unirem para construir no Brasil uma nova sociedade, justa, democrática, soberana, independente, socialista”.

Luis Gushiken

A militância é nossa maior arma nas eleições

O presidente nacional do PT reafirma a idéia de que a luta social é peça-chave da força eleitoral do partido, e conclama os militantes a formarem os comitês de apoio a Lula

BN — Como a ação dos petistas nas prefeituras pode contribuir com a campanha do Lula?

G — As prefeituras brasileiras estão falidas, praticamente espelhando a inadimplência do Estado: não têm estrutura de financiamento, e tampouco condições de atender minimamente às demandas sociais.

Isso não quer dizer que as prefeituras não possam apresentar um perfil positivo perante a comunidade que ela assiste. Nestas condições, eu diria que tão importante ou mais importante que "arrumar a casa" (ou seja, sanear as finanças do município para em seguida atender às demandas), eu acho que os prefeitos do PT devem fazer gestos políticos que vão de encontro às aspirações da população. De forma que estes gestos, por mais simbólicos que sejam, sinalizem para a população que a administração caminha efetivamente para um determinado rumo, totalmente diferente das outras.

Neste sentido, eu avalio que a luta contra os funcionários

fantasmas, contra a ociosidade dos serviços públicos etc, não teve até o momento, no interior das administrações petistas, a marca que deveriam ter junto à sociedade.

Também o trabalho de comunicação foi mal feito, e ele não pode ser minimizado, especialmente numa situação de falência do aparato estatal. Entretanto, se isso esteve ausente nas administrações petistas, é preciso frisar que o que elas já estão realizando é infinitamente superior ao que as outras administrações fizeram. Isso, que é o mais fundamental, não é divulgado pelos meios de comunicação porque não interessa politicamente. Na administração de Luiza Erundina, por exemplo, eu mesmo testemunhei algumas atividades que mereceram um mesquinho tratamento da imprensa, como foi o caso da negociação direta da prefeitura com os fornecedores de arroz para a merenda escolar, eliminando os intermediários contratados por Jânio Quadros. Hoje, milhares de crianças têm acesso à carne bovina na merenda escolar.

Roberto Parizutti

BN — A grande imprensa tem noticiado que as greves têm atrapalhado a campanha presidencial do PT? Qual a sua opinião a respeito?

G — Essa é uma política reacionária de fôlego curto. A essa altura já não existe mais na cabeça da população. O Lula foi muito feliz ao afirmar, em meio àquela pressão que a burguesia procurou fazer, que as greves são o oxigênio do partido, que nós não devemos temer em nenhum momento a defesa intransigente desse instrumento histórico de luta da classe trabalhadora.

É certo que o movimento sindical deve pensar em formular, como resposta às calúnias, uma espécie de "código de ética" para as greves, de forma a impedir que em certos setores como abastecimento de água e hospitais a população não saia prejudicada. Mas isso é um elemento secundário. Eu, pela experiência de mais de dez anos de dirigente sindical, estou absolutamente convencido que ninguém melhor que os trabalhadores podem determinar que setores devem ou não funcionar e em que condições.

BN — A que você atribuiu o fenômeno Collor? Como o partido pretende combatê-lo?

G — Na verdade, o fenômeno Collor já vem sendo montado há um bom tempo. Desde a época da Constituinte, os meios de comunicação tentaram desviar a atenção sobre os direitos sociais e as reformas econômicas para o problema da corrupção estatal. Aí surgiu a figura do Collor como "caçador de marajás". Isso vingou, tanto que ele ganha uma ascendência sobre

os outros candidatos. Entretanto, o Collor tem muitas fragilidades. Não só o seu passado como político é muito questionável, como ele é um homem que não tem uma estrutura programática coerente.

Além disso, ele não tem uma estrutura partidária e tem se enredado numa armadilha que ele mesmo montou: ou seja, é um homem da direita que não pode aceitar o apoio da direita.

BN — Como fica a questão do socialismo no programa de governo do Lula?

G — O fato de o PT ser um partido socialista não deve nos levar a conclusão que o programa de ação de governo, nas condições atuais de correlação de forças, implique na estabilização da economia. É equivocado pensar que o Lula, ao assumir o Executivo de um Estado capitalista, vá implementar por simples decretos um programa de caráter socialista, como se ele já tivesse poder suficiente para expropriar os meios de produção da burguesia.

O PT, ao caracterizar seu programa como democrático-popular, enfatiza em suas propostas aquilo que é imediatamente vital para os trabalhadores: a suspensão da dívida externa, a reforma agrária, a distribuição de renda e elevação dos salários, a democratização radical do Estado, etc. O que diferenciara nosso governo será sua opção de classe, de administrar prioritariamente para os trabalhadores e os pequenos proprietários do campo e da cidade. Evidentemente, nós não poderemos determinar previamente quanto tempo durará essa situação ambígua de um

governo de esquerda administrando um país capitalista. O ritmo das transformações será determinado pela ação das massas e pela resistência da burguesia. Do ponto de vista revolucionário, o que interessa é que o governo de esquerda seja o instrumento alavancador da ação dos trabalhadores contra a burguesia. É nisso que reside o caráter verdadeiramente socialista de um partido.

BN — Como o partido pretende massificar a campanha do Lula?

G — Do ponto de vista organizativo, a proposta do PT e da Frente Brasil Popular é a formação de comitês populares. Só que esses comitês não surgem do nada. O papel dos militantes é imprescindível para sensibilizar a população a se organizar na campanha.

Insisto em dizer que nenhum partido tem hoje no Brasil a estrutura de militância que tem o PT. É nessa estrutura que se encontra a coluna vertebral da nossa campanha.

Ninguém, a esta altura dos acontecimentos, sabe dizer qual será o resultado das eleições, mas de uma coisa estou absolutamente convencido: se os militantes do PT tiverem a audácia e confiança que sempre foram nossa marca, o povo deste país, depois das eleições, será um povo completamente diferente e melhor.



Gushiken: trabalhador sabe definir como e quando fazer greves

Luis Gushiken é o presidente nacional do PT, deputado federal por São Paulo. Foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e secretário sindical da Comissão Executiva Nacional.

José Genoíno

Temos soluções para a crise

O PT é o único com propostas concretas para atacar os problemas nacionais

BN — *Como a atuação das prefeituras do PT interfere na campanha do Lula?*

JG — Elas podem interferir mais positivamente na campanha. A vitória do PT em várias cidades projetou o Lula como alternativa de governo. Nós devemos agora acumular forças nas prefeituras, criando fatos políticos, inovando na forma de governo, principalmente estabelecendo uma relação democrática com a sociedade, e sendo ofensivo na criação de mecanismos de participação popular.

Dessa forma, as administrações do PT poderão viabilizar o programa do partido, em relação a criar uma nova forma de governo nas prefeituras, além de reforçar a campanha do Lula. Até agora isso não aconteceu. As prefeituras petistas ainda precisam mostrar a cara, adquirir marca, dizer a que veio de forma mais ofensiva. Os companheiros têm conseguido coisas importantes, como tocar os serviços municipais, mas falta uma política mais clara e ofensiva para dar uma marca petista às administrações.

BN — *Como você vê o fenômeno Collor de Mello e de que forma isso está influenciando a campanha do PT?*

JG — O fenômeno Collor vem de uma profunda crise ética e moral da sociedade brasileira. E ela vem através de sua negação, do falso herói, do falso salvador da pátria, da demagogia. Isso mostra o quanto uma administração do PT pode construir em termos de conscientização e organização populares. Porque mesmo numa perspectiva de mudança, pode emplacar uma candidatura de direita, com um discurso renovado e falso.

Derrubar a candidatura Collor é importante, e para isso devemos politizar nossa campanha e principalmente trazer à tona a crise social e a mis-

éria em contraposição ao discurso falso moralista. É necessário um ataque direto da gestão dele como prefeito de Maceió, como governador de Alagoas e como deputado federal. É preciso mostrar onde estava Collor de Mello na campanha das diretas e no colégio eleitoral — quando ele votou no Paulo Maluf. É preciso mostrar com quem anda Collor de Mello, como João Castelo, senador do PDS e representante das oligarquias do Maranhão. Ou Arnaldo Faria de Sá, que foi candidato à vice-prefeito junto com o Maluf. Ou Newton Cruz, ex-chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação), que defende os atos terroristas em Volta Redonda. Devemos fazer uma crítica política eficiente para demonstrar essa expectativa ilusória em relação a esse candidato.

BN — *A grande imprensa diz que as greves atrapalham a campanha do Lula. O que você acha?*

JG — As greves não prejudicam a campanha do Lula nem o PT. Se prejudicassem, era sinal de que alguma coisa estava errada entre nós, porque o direito de greve é uma questão de princípios. O que devemos fazer é defender as greves e desmascarar essa questão. Nós queremos ganhar a eleição com liberdade política. E isso não se choca com o direito dos trabalhadores.

BN — *Como deve ser a campanha do PT para a presidência?*

JG — O principal problema é ajustar a campanha com o nosso perfil socialista e democrático popular, procurando consolidar o espaço de esquerda que o PT tem na sociedade. A militância do partido deve jogar toda a sua energia e garra para ganhar as ruas e mobilizar a população em torno de nossas propostas. O PT tem que fazer uma campanha mostrando que tem soluções para a

crise, deixando as outras candidaturas na defensiva.

O primeiro caminho é a formação de comitês populares que organizem a manifestações e ocupem espaço na opinião pública, usando desde cartazes até comícios. A militância deve ir à luta contra outras candidaturas. E para isso precisamos de argumentos suficientes na fábrica, na escola, no sindicato e na rua. É uma forma de ganhar o que vamos perder por ter pouco tempo nos meios de comunicação. Boa parte dessa campanha vai ser ganha no corpo a corpo da militância petista, somada a uma boa campanha de rádio e TV.

BN — *Como você vê a realização do socialismo num governo do PT?*

JG — Nós não vamos fazer o socialismo elegendo o Lula presidente da República. O partido é socialista, mas nós vamos fazer mudanças democráticas e populares na perspectiva da luta pelo socialismo. Esta é a grande diferença. Nós não vamos fazer o socialismo, nem engavetá-lo para o dia de São Nunca. Vamos combinar a discussão de nossos valores com as reformas sociais e urgentes. É uma perspectiva de luta mais a longo prazo, pela conquista do poder político, para depois realizar transformações socialistas.

Nesse sentido, temos quatro questões da maior importância para realizar o programa, mesmo no sistema capitalista: a democracia e a soberania popular, sem a tutela dos militares; a suspensão do pagamento da dívida externa; a reforma agrária do interesse dos trabalhadores; e o controle rigoroso do sistema financeiro, ou até sua estatização. São questões importantes para viabilizar a crise com crescimento e da ótica dos trabalhadores.

Vamos ser rigorosos no combate à especulação financeira, do capital que ganha com a espiral inflacionária. A medida que os banqueiros dificultem esse maior controle, podemos chegar à estatização. Queremos inverter o sentido da rota desse capital, para evitar a especulação e estimular a produção.

Já com a dívida externa, temos que eliminar a sangria de dinheiro para fora, que representa muito sacrifício e inviabiliza o crescimento econômico e a redistribuição de renda. A primeira coisa é parar de pagar, para depois fazer uma apuração do perfil dessa dívida, e discutir caso a caso, e, se for preciso, nós temos que dar o justo calote. Porque é impossível pagar juros oriundos das manobras do sistema financeiro.

Numa estratégia dessa, só podemos ser vencedores montando uma política comum com todos os países devedores. O grande erro do Brasil tem sido tratar o problema sob pressão dos credores e do Fundo Monetário Internacional, e isoladamente. Temos que fazer conferências internacionais na ONU, para colocar a dívida externa como um problema mundial, e não como um caso isolado de cada país.

Numa estratégia dessa, só podemos ser vencedores montando uma política comum com todos os países devedores. O grande erro do Brasil tem sido tratar o problema sob pressão dos credores e do Fundo Monetário Internacional, e isoladamente. Temos que fazer conferências internacionais na ONU, para colocar a dívida externa como um problema mundial, e não como um caso isolado de cada país.



Genoíno: decidir a eleição no corpo a corpo diário da militância

José Genoíno Neto é membro do Diretório Nacional do PT, deputado federal por São Paulo, em segundo mandato. Professor de História participou da resistência armada à ditadura militar

Virgílio Guimarães

Impacto das prefeituras vai ser positivo

Já é fato que nossas administrações atuam melhor, não têm corrupção e enfrentam com vigor empresários do transporte e especuladores imobiliários

BN — Como a atuação das prefeituras petistas interfere na Campanha Lula?

VG — O impacto das administrações municipais do PT na Campanha Presidencial vai ser positivo porque se hoje, a poucos meses da posse, as prefeituras não puderem mostrar tudo aquilo que o PT pode fazer à frente de um governo — mesmo com todas as limitações de uma prefeitura — de agora até o final do ano o quadro mudará bastante. Ficará mais evidente o contraste entre as administrações petistas e as outras administrações porque é fato que as prefeituras do PT são mais bem administradas, não têm corrupção e têm enfrentado com vigor os empresários do transporte coletivo, especuladores imobiliários etc.

Talvez nossos prefeitos devessem, daqui até o final da campanha, tomar algumas iniciativas de efeito e a curto prazo. Medidas de ressonância do ponto de vista da qualidade dos transportes, a democratização da administração com a criação de conselhos populares (que já começam a ser praticados por algumas prefeituras), tudo isso poderá mostrar que a proposta do PT, de se fazer uma administração transparente e democrática, já começa a ser praticada nos municípios.

BN — Qual o significado do fenômeno Collor?

VG — Significa que a burguesia sempre encontra saídas. O sistema eleitoral burguês é sempre manipulado. A idéia de que a trajetória de construção da alternativa socialista se dá simplesmente pela derrocada das alternativas burguesas, isso não existe.

Nós temos que construir a alternativa socialista disputando a nível ideológico na sociedade, disputando a nível das lutas, da mobilização e sabendo que a burguesia tem fôlegos extras. Como Collor, agora, que é uma figura de marketing. Mas ela é frágil, tem uma vidraça enorme. A vidraça de Collor é um verdadeiro latifúndio de tão grande, e vai ficar sujeita às intempéries até a época das eleições. Ele pode se fortalecer muito em termos de apoio dos políticos tradicionais, mas ele tem o pé-de-barro e pode cair, inclusive por força do próprio programa do PT e da candidatura do Lula demonstrar que a verdadeira moralização do serviço público requer em primeiro lugar romper com a dependência, com a submissão do Estado aos interesses dos grupos econômicos. Nos compete mostrar ao eleitorado que moralidade não se faz no varejo, se faz nas grandes questões.

BN — Como deve ser feita a Campanha Lula, na sua opinião?

VG — Nosso principal motor, nossa principal base é

a militância organizada. São as portas de fábrica, os mutirões, a organização do Partido colada aos movimentos, às lutas, nós nunca poderemos perder essa característica. Nossa campanha tem ideologia. É a candidatura que vem resgatar os setores marginalizados e explorados da nossa sociedade. Uma campanha, portanto, profundamente vinculada à história do PT e à tradição PT. Mas também tem que ser uma campanha que extrapole isso. Nós temos que, ao lado de apontar soluções estratégicas para a sociedade, mostrar também uma campanha capaz de enfrentar o quadro político atual. Uma campanha que tenha o sentido estratégico de formação, de enfrentamento mas também tem que ter um caráter de ganhar um pouco do voto não ideológico, enfim de crescer num espaço ainda não completamente politizado. A militância tem que fazer sua parte mas, o aspecto de marketing, de publicidade também tem que existir.

Também não vejo nenhuma dificuldade em ter um discurso coerente do curto prazo,

Roberta Parizatti



Virgílio: já derrotamos candidatos semelhantes a Collor outras vezes

do que dá rendimento eleitoral instantâneo. A estratégia socialista passa pelo curto prazo da campanha eleitoral e isso não é contraditório com a eficiência eleitoral.

Tivemos sucesso nas eleições municipais em campanhas extremamente politizadas que fizeram discursos ideológicos junto com propostas imediatas de soluções tópicas, parciais.

BN — A imprensa afirma que as greves prejudicam a campanha Lula. Qual sua opinião?

VG — Responsabilizaram as greves por nossa vitória do ano passado, o que não é verdade, agora responsabilizam as greves por uma oscilação nas pesquisas, o que também não é verdade. Há uma falha metodológica em se fazer uma pergunta de uma pesquisa sobre greve a quem está em frente ao Banco do Brasil sem conseguir trocar um cheque, pois, é evidente que essa pessoa tem um descontentamento. Mas se o PT se colocasse contra as greves aí sim ele teria uma queda do ponto de vista eleitoral e uma queda de sua própria conformação enquanto instrumento de transformação. É essencial que o PT esteja colado nas lutas dos trabalhadores nos seus bons e maus momentos. O partido ser reconhecido como aquele que está do lado dos trabalhadores, dos oprimidos não nos atrapalhou no passado e não nos atrapalha agora. Nós temos que nos manter, portanto, nas portas das fábricas e também expandindo para outros setores, mostrando que nós somos capazes de dar respostas para o conjunto da sociedade.

BN — Como fica o programa de governo do PT no governo Lula?

VG — A campanha e o governo não podem se dissociar do socialismo. A campanha eleitoral acumula o sentido do socialismo, assim como o governo tem que acumular e com muita rapidez. Não pode ser um acúmulo apenas a nível da propaganda, ou a nível ideológico. Nosso governo não vai vender a ilusão de que transformaremos o país no socialismo num passe de mágica, apenas com a vitória do Lula; mas temos que ter claro que a vitória do Lula é um instrumento para a transformação socialista, sim. Portanto, vamos fustigar o capital, vamos ampliar a estatização em muitos setores essenciais, fazer com que esses setores sejam colocados sob controle dos trabalhadores, fazer com que tenham funcionalidade, eficiência. E quando as forças do próprio capital sabotarem ou impedirem esse desenvolvimento, isso tem que ficar claro para o movimento popular como um todo. E aí essas forças terão que se confrontar não só com o governo do Lula, mas se confrontarão também com os amplos setores das massas organizadas. Assim estaremos criando as condições subjetivas para transformações muito mais profundas na direção da sociedade socialista.

Virgílio Guimarães é membro do Diretório Nacional do PT, deputado federal por Minas Gerais. Em 1988, foi candidato a prefeito de Belo Horizonte pelo partido

João Machado

Governar não é igual a poder

No caso de vitória do Lula, devemos estar preparados para uma feroz reação da burguesia.

BN — *Como a atuação das prefeituras administradas pelo PT interfere na campanha presidencial?*

JM — Até agora, o impacto causado pelas prefeituras governadas pelo PT não é muito favorável. Nossos prefeitos encontraram, em geral, uma péssima situação financeira em seus municípios e um caos na máquina administrativa. Ao assumi-las, nossos quadros tiveram que enfrentar um período de reorganização e planejamento.

Acredito que daqui para frente com as modificações introduzidas, principalmente na forma de governar, a situação das prefeituras vai ficar mais clara e aí o impacto será positivo. A população vai perceber que a postura administrativa do PT é totalmente diferente dos outros partidos, e isso será reconhecido nas urnas.

BN — *As pesquisas eleitorais apontam a ascensão de Collor de Melo. Você acha que é apenas manobra de marketing ou expressa a realidade?*

JM — É uma operação de diversionismo político muito bem montada. Dizer que os problemas nacionais se concentram na corrupção estatal é uma tremenda distorção.

Se o conjunto da direita investir nesse candidato, o que ainda não está dado, ele tenderá a ser um candidato muito forte até o fim das eleições. Do contrário, a campanha do Collor vai se esvaziar.

BN — *Como as greves repercutem na campanha eleitoral?*

JM — Colocar que greve atrapalha a candidatura do PT é totalmente absurdo. O PT é o partido que representa a luta social no plano político. Sempre que houve o crescimento dos movimentos sociais, principalmente greves, a

votação do partido também cresceu. As eleições do ano passado são a prova disso.

As greves só atrapalhariam se fossem artificiais, cujas causas não fossem óbvias para toda a sociedade. Não é o que está acontecendo.

BN — *Como organizar nossa campanha?*

JM — A forma correta é a construção dos comitês populares pró-Lula, que darão a abertura para o envolvimento de pessoas não organizadas no interior dos partidos, além de expressar o caráter frentista da candidatura.

BN — *Como fica a questão do socialismo no programa de governo do PT?*

JM — Se o Lula ganhar as eleições, a correlação de forças no Brasil terá sido alterada profundamente. Não será um fenômeno puramente eleitoral: Lula só ganha se o movimento popular estiver num ascenso muito grande.

A correlação de forças mudará mais ainda com a simples posse de Lula. Isso não quer dizer que o socialismo será implantado imediatamente; daí o caráter democrático-popular do nosso programa. Agora, será um governo cuja dinâmica central, justamente como expressão organizada dos movimentos populares, vai ser o enfrentamento com os interesses dos latifundiários e dos grandes empresários. Que será tanto mais intenso quanto maior for a resistência destes setores. O PT deve fazer com que essa dinâmica se encaminhe para o socialismo. Senão, nem tem sentido estar no governo.

É bom lembrar, aliás, que estar no governo não significa estar no poder, especialmente porque não teremos o fundamental, isto é, o poder econômico. Mas se decidimos chegar ao primeiro e no meio do caminho abrimos

mão de conquistar o segundo, estaremos frustrando a expectativa dos que se dispuseram a votar e a lutar conosco. Assim, estar no governo nos obriga a colocar, mais cedo ou mais tarde, todo o poder em questão.

BN — *Nesse processo, como reagirão as classes dominantes?*

JM — Existe a possibilidade da burguesia romper a institucionalidade vigente, como a história já nos ensinou inúmeras vezes. Não digo imediatamente, porque a burguesia pode mobilizar todo o seu poder econômico, sua força parlamentar e todos seus aparatos ideológicos e de propaganda, seja para isolar politicamente, seja para estrangular economicamente o governo contrário aos seus interesses.

Contudo, à medida que o governo se consolide, as classes dominantes poderão levar sua ação de sabotagem ao limite, até à ruptura institucional.

BN — *O programa do PT defende a reforma agrária, que ficou praticamente inviabilizada na nova Constituição. Com Lula presidente, como poderemos agir?*

JM — É equivocado conceber os marcos legais da luta de classes de forma estática, especialmente os que impõem restrições às reivindicações dos trabalhadores, como é o caso da reforma agrária. Apoiados na justeza da nossa proposta e na legitimidade do governo, devemos conchamar as massas do campo e da cidade a se mobilizarem para ampliar os limites da Constituição, pressionando o Poder Legislativo a mudar os termos da lei.

BN — *Qual a sua posição sobre o debate, que o partido vem fazendo, a respeito da dívida externa?*

JM — Primeiro eu não vejo

incompatibilidade entre o não pagamento da dívida externa e a proposta de criação de uma auditoria pública sobre os empréstimos feitos.

Segundo, nós temos que partir do princípio de que essa dívida é impagável — nós já a pagamos diversas vezes, mas ela continua crescendo — e é ilegítima.

O governo petista deve suspender o pagamento dos juros a fim de criar as condições políticas para não pagar mais. Que condições são essas? Se conseguirmos sensibilizar toda a sociedade de que essa postura é, não só justa, mas concretamente benéfica (pois significa uma enorme quantidade de recursos que não mais sairão do país); se conseguirmos mobilizar os trabalhadores

para apoiar até às últimas consequências uma decisão tão grave como essa; se atrairmos o apoio dos outros países devedores de modo a formarmos um grande cartel contra os credores internacionais.

O fundamental é construir uma força social interna que banque o enfrentamento do governo contra todas as iniciativas de isolamento econômico e diplomático que o imperialismo tentará fazer em função de nossa ruptura com a lógica do sistema financeiro internacional.

João Machado é membro da Comissão Executiva Nacional do PT. É professor da PUC-SP

Roberto Parizotti



Machado: governo Lula será a expressão organizada dos movimentos

Ivan Valente

Reforçar o apoio partidário

Falta uma maior integração entre os quadros das nossas administrações e os militantes do partido. Essa articulação será decisiva para o sucesso da campanha presidencial

BN — *Como a atuação das prefeituras petistas interfere na campanha do Lula?*

IV — As prefeituras terão um peso fundamental no desempenho da campanha presidencial. É ilusório pensar que um será independente do outro. É verdade que a campanha do Lula estará tratando dos grandes temas nacionais. Mas ao mesmo tempo estarão sendo testadas a coerência política e as propostas concretas do PT no plano municipal.

Eu entendo que nós devemos dar uma atenção especial à sustentação das prefeituras, à mobilização dos militantes para apoiá-las, o que ainda tem sido deficiente. Por exemplo, é pequena a mobilização do partido para conter a ofensiva das classes dominantes para denegrir a imagem de nossas administrações. Eu acho que até agora nós estamos perdendo a batalha da informação, porque isso exigiria maior integração entre os quadros das prefeituras e a militância, via partido, no sentido de defender nossas propostas na sociedade e divulgar os sucessos administrativos que temos obtido.

A campanha do Lula será fortalecida pelas prefeituras na medida que suas propostas administrativas consigam vingar, através de uma ação conjunta de todo partido.

BN — *A grande imprensa tem veiculado a opinião de que as greves estão atrapalhando a nossa candidatura presidencial. Qual a sua opinião sobre isso?*

IV — O governo está numa grande ofensiva para tentar intimidar o movimento sindical. Essa ofensiva é jurídica — via medida provisória nº 50 e outras — e é política, via meios de comunicação de massa.

Eu entendo que as greves, na

situação em que estamos vivendo hoje, de exploração econômica intensiva e de inflação galopante, são a única maneira dos trabalhadores resistirem. E mais: a greve é uma escola de aprendizado político, onde os trabalhadores incrementam sua organização e consciência, o que é essencial para fortalecer uma candidatura de esquerda, programática, como a do Lula.

Se a campanha ideológica da burguesia tem alguma repercussão, devido à influência dos meios de comunicação e ao baixo nível de consciência de muitos segmentos da população, e pode trazer um ou outro prejuízo eleitoral num primeiro momento, devemos ter claro que mais à frente estaremos ganhando. Eu acredito que a manutenção da atual política econômica, com o arrocho aviltante que trás, fará mais e mais segmentos da população aderirem à luta, e assim compreenderão que a postura política do PT é a única digna de ser seguida.

BN — *A que você atribuiu o fenômeno Collor? Como o PT deve combatê-lo?*

IV — A ascensão da candidatura Collor de Melo está no bojo da própria crise econômica e política. Essa crise exige medidas radicais: atacar o problema da dívida, da propriedade da terra, da militarização do Estado. No entanto, a burguesia brasileira é incapaz de realizar essas reformas. Essa incapacidade se combinou nos últimos anos com um tremendo desgaste dos políticos e partidos da Nova República, deixando as classes dominantes com poucas alternativas eleitorais.

No ano passado, grande parte do descontentamento do povo com o regime foi canalizado para o PT, que se tornou o

centro da oposição. Só que esse descontentamento é ainda muito fluido, sujeito a instabilidades. Há um eleitorado volátil, que se encanta facilmente com soluções fáceis, de salvadores da pátria, daqueles que vão fazer pelos outros. A candidatura Collor de Melo é assim: não tem programa, não tem projeto, mas que vai de encontro a saídas imediatistas que não resolvem a fundo os grandes problemas nacionais.

Através de uma mistificação dos meios de comunicação de massa, localizou-se os problemas do povo não no modelo econômico dependente e explorador do país, mas na questão dos marajás, na corrupção etc. Entretanto, nós não podemos cair na tentação de querer jogar no campo que o inimigo quer

nos impor. Eu acho que o PT tem propostas concretas para enfrentar o problema da moralidade administrativa, da democratização do aparato estatal etc. Mas o nosso partido sabe muito bem que a base da crise do regime não está no fato de existirem meia dúzia de marajás, ou na corrupção, inclusive porque ela é inerente ao sistema capitalista. Somos e seremos intransigentes denunciadores da corrupção, só que não podemos dizer às massas que esse é o problema central do país.

A burguesia, com Collor de Melo, quer desviar a atenção do povo; nós devemos recolocar as questões que de fato são fundamentais.

BN — *Analistas políticos têm dito que o PT, na elaboração de seu programa de governo*

secundarizou a questão do socialismo em prol de propostas mais pragmáticas. Você concorda com essa opinião?

IV — O programa de governo, democrático-popular, é uma proposta de reformas profundas. Sua radicalidade está em entender que a burguesia não tem vontade política de realizá-las e, mais do que isso, vai resistir a todo custo à sua efetivação. Portanto, o governo do PT será marcado por conflitos, pelo acirramento da luta de classes, à medida em que implemente mudanças.

Nesse sentido, à medida que o programa democrático-popular vá sendo implementado e que aumente a resistência da burguesia, eu acho que as medidas socializantes pouco a pouco se colocarão na ordem do dia. E o caso das estatizações. Inclusive alguns setores devem ser estatizados logo de cara: o sistema financeiro, a indústria farmacêutica, a indústria do cimento (se nós quisermos dar uma resposta imediata ao problema da habitação), talvez a petroquímica.

Nós não estamos propondo um governo socialista. Mas eu acho que na nossa campanha é importante colocar em debate a questão do socialismo. E isso o PT ainda não está fazendo bem. Ou seja, nós não devemos nos furtar ao debate sobre o sistema econômico e social que acreditamos ser o mais justo, mesmo não tendo ainda acúmulo suficiente para efetivá-lo.



Ivan: não podemos cair na armadilha de jogar no campo do inimigo

Ivan Valente é membro o Diretório Nacional do PT, deputado estadual por São Paulo. É professor e engenheiro, foi diretor do jornal Companheiro

Markus Sokol

Collor expressa fragilidade da burguesia

Ele polarizará à direita e nós a esquerda. O PT já venceu em situações parecidas

BN — *Como a atuação das prefeituras do PT interfere na Campanha Lula?*

MS — É cedo ainda para fazer uma avaliação. Cedo para dizer de que forma a atuação das prefeituras interferirá na Campanha Lula. Espero que efetivamente ajudem; de que forma: correspondendo ao mandato que o povo lhe deu. Cumprindo o programa pelo qual foram eleitas e servindo como ponto de apoio para a luta popular, pelas reivindicações que não encontram realização na esfera municipal. Ou seja, o povo votou no PT como forma de votar contra o governo e se ele percebe que o PT está sendo coerente com seu voto isso deverá fortalecer a Campanha Lula, como expressão mais acabada da negação da Nova República encarnada pelo Sarney.

Um exemplo: o problema da dívida externa. A posição do PT é contra o pagamento da dívida externa desde o V Encontro Nacional. O governo Sarney passou a exigir, através do orçamento da União (que ele fez ser aprovado no Congresso), que Estados e Municípios paguem uma média de 6% do valor de suas dívidas externas ao governo, isso em decorrência do acordo feito entre governo Federal e Fundo Monetário Internacional.

Frente a isso as prefeituras petistas têm duas alternativas: pagar e administrar o rombo nos já minguados orçamentos municipais ou — e é isso que eu acho que deveria ser feito — recusar o pagamento da dívida a Sarney e destinar esses recursos a objetivos sociais como a municipalização dos transportes e chamar todos os

prefeitos, independentemente de filiação partidária, para uma Frente de Prefeitos contra o pagamento dos 6% ao Sarney. Sem dúvida a abertura dessa nova Frente de luta contra Sarney por iniciativa das prefeituras só poderia beneficiar a Campanha Lula.

BN — *Que significado tem o fenômeno Collor?*

MS — O fenômeno Collor tem dois significados. O primeiro mostra a fragilidade das alternativas da burguesia para estas eleições, pois, a cinco meses do pleito ela não tem uma candidatura sólida, que fragmentada em dez candidaturas cria terreno para a ascensão de Collor. O segundo indica que ainda não conseguimos polarizar a disputa, coisa para a qual estamos capacitados.

Mas não devemos nos preocupar, já vencemos eleições em situações semelhantes, com um quadro parecido. Seria mais preocupante se houvesse uma candidatura mais sólida, apoiada num partido, num aparelho eleitoral nacional. Não existindo isso, a ascensão de Collor é contraditória e expressa uma fraqueza da burguesia.

BN — *A grande imprensa tem veiculado que as greves tem peso negativo para a Campanha Lula. Quem sua opinião a respeito?*

MS — É evidente que para certos setores sociais a polarização social e o aumento do número de greves cria temores e pode eventualmente afastar eleitores. Entretanto, para um partido como o nosso que luta pelo socialismo, evitar a polarização social e tentar moderar as greves seria uma estratégia suicida porque nos levaria ao

choque com a base social que nos sustenta, sem ganhar em troca o apoio de setores sociais significativos. Penso que, ao contrário, temos que investir na polarização que é um dado imposto pela situação social do país. A partir da polarização é possível, no momento da eleição, atrair para nosso campo setores sociais que buscam saídas para a crise. E quanto mais pudermos demonstrar envolvimento e interesse pelos trabalhadores mobilizados, tanto maior será nossa capacidade de atrair parcelas do setor médio da população. Digo parcelas porque seria utopia reacionária perseguir o

objetivo de ganhar para a Campanha os setores médios como um todo.

BN — *Como deve ser feita a Campanha na sua opinião?*

MS — Deve ser uma Campanha de massas, imersa nas lutas sociais. O ano de 89 não vai ser um ano eleitoral como foi o de 82. Um ano em que à medida que as eleições se aproximavam os trabalhadores iam suspendendo suas lutas e transferindo a expectativa de mudanças para o terreno eleitoral. Ao contrário, 89 tende a ser um ano em que a aproximação das eleições se fará acompanhar de elevação da temperatura social.

A Campanha só tem a ganhar estando ligada aos movimentos sociais. O PT não só não deve ter vergonha de estar por trás das greves como deve estar à frente delas e fazendo campanha.

BN — *Como fica o programa de governo do PT no governo Lula?*

MS — O Programa de governo não pode ser um programa socialista, no entanto as tarefas anti-imperialistas estabelecidas pelo V Encontro Nacional do PT não poderão se completar no governo Lula sem uma ruptura revolucionária.

Ou seja, o governo Lula vai ser uma transição para o socialismo ou não vai ser nada, o que quer dizer que será derrotado pelas forças que lhe são hostis.

Um exemplo: romper com o Fundo Monetário Internacional e encerrar o pagamento da dívida externa não é uma medida socialista, é uma medida democrática de defesa da soberania nacional. No entanto, qualquer governo que tomasse essa medida teria que estar preparado para enfrentar represálias do grande capital internacional e seus apêndices nacionais. Isso porque o mecanismo de pagamento da dívida é hoje engrenagem fundamental da transferência de capital que alimenta o esgotado sistema capitalista mundial.

Assim, essa medida anti-imperialista engendra uma dinâmica anti-capitalista.



Sokol: centrar a campanha nos trabalhadores e dividir as classes médias

Markus Sokol é membro da Comissão Executiva Estadual de São Paulo. Economista, foi editor do jornal alternativo *O Trabalho*.

Valério Arcari

Nosso encontro com a história

A vitória do PT nas eleições presidenciais colocará classes sociais antagônicas num confronto direto.

BN — *Como as prefeituras do PT interferem na campanha do Lula?*

VA — As prefeituras administradas pelo PT poderão influenciar favorável ou desfavoravelmente a construção da nossa candidatura presidencial. Por exemplo, a prefeita Luiza Erundina elevou o salário do funcionalismo municipal, estabelecendo o piso de 350 cruzados novos. Ao mesmo tempo, na rede estadual, os professores exigem o piso de 469 cruzados novos. A luta deles se inspira na conquista dos municipais: se a prefeitura, com muito menos recursos, pode pagar 350 cruzados novos, por que o governo estadual só se dispõe a pagar pouco mais de 200 cruzados novos? Esta é uma influência positiva da prefeitura petista. Um exemplo contrário é o tratamento dado às demissões de trabalhadores que não são marajás, nem são corruptos, mas, que se integraram à prefeitura sem concurso. Ora, podemos não contratar novas pessoas sem concurso, mas a política do PT deve ser garantir emprego aos que, honestamente, já trabalham. Creio, todavia, que os trabalhadores já percebem que houve uma mudança séria na política do país com a vitória do PT no ano passado. Nos dias 14 e 15 de março passados, quando Olívio Dutra, Vitor Buaiz e Luiza Erundina corajosamente apoiaram a greve geral, as massas perceberam a diferença que é ter representantes dos trabalhadores, e não da Fiesp, em governos municipais.

BN — *As greves atrapalham a campanha eleitoral do PT?*

VA — As greves expressam a vontade dos trabalhadores de mudar de vida e de participar. E essa força que pode efetivamente mudar o Brasil. O PT é o partido que sempre disse isso. Ele só pode se fortalecer num processo de

lutas como o que estamos vendo. O governo sabe disso e tenta isolar o movimento através de uma campanha organizada pela grande imprensa. Joga com a idéia de que as greves e o processo eleitoral são incompatíveis. Nós sabemos, pelo contrário, que se os trabalhadores aceitarem as condições de exploração que a burguesia e os governos querem nos impor, aí sim é que corremos o risco de não ter eleições. O processo eleitoral só se garante com os trabalhadores mobilizados, exigindo seus direitos.

BN — *Como o partido pode combater o chamado fenômeno Collor?*

VA — Collor de Melo é a expressão da crise de representação política da burguesia brasileira. A obstinação de Ulysses Guimarães em manter sua candidatura, por um lado, e o medo de Orestes Quércia de perder as eleições, por outro, fizeram com que os setores mais fortes do grande capital aderissem a um candidato aparentemente mais viável eleitoralmente.

Por que a crise de representação? O candidato que a bur-

guesia é obrigada a apoiar provém de um estado marginal do ponto de vista econômico; trata-se de um homem sem trajetória anterior e que não tem partido. A única coisa que tem a apresentar é a imagem de caçador de marajás. Ou seja, é vazio, sem projeto. O que eu posso dizer de um candidato como esse é o seguinte: nós vamos derrotá-lo, assim como derrotamos Maluf em São Paulo no ano passado.

BN — *Como você acha que devemos organizar a campanha Lula?*

VA — Duas questões são fundamentais. Primeiro, a linha da campanha, que deve ser a seguinte: nós somos a única candidatura de oposição ao governo Sarney. O PT foi contra o Plano Cruzado, o Plano Bresser, o Plano Verão, e apresentou uma proposta alternativa de política econômica. Do outro lado temos Covas, Ulysses, Aureliano e Collor, candidatos que representam forças que apoiaram a Nova República e todos esses planos desastrosos. Agora que estamos próximos das eleições eles abandonaram o

barco de Sarney.

Em segundo lugar, devemos ter uma proposta clara de programa. Defender com firmeza, que é possível fazer a distribuição de renda e pagar o salário mínimo do Diêse, desde que se ataque duramente os interesses dos grandes industriais e dos latifundiários.

O entusiasmo da campanha vai depender da capacidade de nos colarmos à mobilização dos trabalhadores. Para ser concreto: no dia 23 de maio passado, foi de enorme importância a presença de Lula na manifestação de 30 mil professores da rede estadual de São Paulo.

BN — *Como fica a questão do socialismo no programa de governo do PT?*

VA — Se o Lula vencer as eleições, a burguesia fará de tudo para subverter o quadro institucional, colocará todos os obstáculos legais e materiais para nos impedir de governar. Então, nos encontraremos numa situação em que a luta de classes aparecerá nua e crua, tal como é. Estarão ultrapassadas todas as limitações legais, para um confronto direto entre as

classes. Será o encontro dos trabalhadores com a história. E o desfecho desse encontro, no Brasil, é o socialismo.

BN — *A ruptura também se coloca na frente externa, com a questão da dívida. Como o PT deve enfrentá-la?*

VA — Em primeiro lugar podemos caminhar para o pagamento da dívida externa e ao tempo fazer uma auditoria pública dela. Entretanto, a moratória em si é muito limitada. Já foi tentada várias vezes, inclusive no governo Sarney, e só demonstrou a covardia da burguesia brasileira em garantir a soberania nacional.

Já o PT não terá nenhuma hesitação, vai garantir a independência nacional. Podemos começar pela suspensão do pagamento da dívida, podemos fazer uma auditoria e uma ofensiva diplomática — ir à Corte Internacional de Haia, à Assembléia das Nações Unidas e costurar uma frente dos países devedores — tudo isso, porém, apoiado na mobilização popular.

BN — *Qual o papel da auditoria?*

VA — A auditoria é uma forma de desmascarar o caráter não produtivo da dívida.

Existe toda uma campanha para passar a idéia de que o Brasil se desenvolveu por causa dos empréstimos. Vamos mostrar que isso é mentira: mais de 60% do valor da dívida representa simplesmente seu custo financeiro — foram empréstimos para pagar empréstimos.

Vamos mostrar que, a continuar essa usura, teremos mais uma década de estagnação econômica.



Valério: somos o único partido de oposição à Nova República

Valério Arcari é membro do Diretório Nacional do PT. É professor secundarista e membro da coordenação nacional da *Convergência Socialista*.

Hamilton Pereira

Como fazer campanha no interior

Objetivo é romper o medo sobre o qual se apoiam as oligarquias locais

BN — Como a ação das prefeituras petistas interfere na Campanha Lula?

HP — Positivamente. As experiências político-administrativas do PT introduzem dois aspectos que representam a marca registrada do Partido: a moralização administrativa e a administração transparente que estabelece a condição primária para a participação popular com todos os problemas reais que nossos administradores enfrentam. A população brasileira vai-se dando conta de que há um novo modo de enfrentá-los. O PT realiza o que Collor apregoa mas não praticou quando teve oportunidade.

BN — O que significa o fenômeno Collor?

HP — Collor foi posto na disputa para servir de anteparo ao crescimento do Lula. A direita utilizou-o para preencher um espaço vazio até que surgisse um candidato de consenso que respondesse aos seus interesses. Não surgiu, e hoje Collor não é mais um balão de ensaio. Ele vai se convertendo na alternativa conservadora. Não acredito que seja eficaz o combate do Collor do modo que vem sendo feito.

Na situação atual, de nada adianta dizer que Collor é uma droga, que é um Jânio moderno ou um aspirador de pó; nosso combate deve centrar-se no flanco aberto de Collor: a ausência de programa e o oportunismo político que ele representa.

BN — A imprensa afirma que o crescente número de greves é negativo para a campanha. Qual sua opinião?

HP — Todo crescimento do

PT nestes nove anos, esteve intimamente ligado aos seus compromissos com as lutas dos trabalhadores. A população brasileira identifica o PT com essas lutas, sabe que o PT lutou na Constituinte pelo direito de greve e que agora o governo Sarney faz uma ofensiva para inviabilizá-lo. As greves dos trabalhadores reforçam a construção da democracia no país. O PT, na medida em que repudia as provocações da direita dentro do movimento de massas e afirma sua posição em defesa do direito e do exercício da greve, ganha em coerência e se beneficia do ponto de vista político e eleitoral.

BN — Como, na sua opinião, deve ser feita a Campanha no interior?

HP — A Frente Brasil Popular deve compreender a necessidade de estabelecer uma linguagem adequada à Campanha do Lula no interior do país. A TV padroniza a comunicação, mas a Campanha Lula, sem abrir mão do recurso extraordinário da TV deve, estimular por todos os outros meios de comunicação (rádio, cartazes, panfletos, atos públicos, comícios etc.) a criatividade popular como condição primeira para o avanço da Campanha, organizar os Comitês de vizinhos, os times de futebol, as rodas de viola etc.

O objetivo da Campanha no interior do país é romper com o medo sobre o qual se apoiam as oligarquias locais. O voto no Lula em 89 é o voto da alforria dos cidadãos do interior do Brasil.

BN — Como fica o programa de governo do PT no governo Lula?

HP — O PT se afirma como um partido socialista. Sem deixar de ser socialista o PT faz política hoje. E se torna alternativa para amplos setores da sociedade além da classe trabalhadora. O Programa Democrático Popular é a opção econômica e política que contempla esses setores e se articula com a construção da sociedade socialista proposta pelo partido.

Hamilton Pereira é membro da Comissão Executiva Nacional do PT, responsável pela Secretaria Agrária. Foi assessor da Comissão Pastoral da Terra em Goiás.



Hamilton: população está aprovando nossas administrações

RECEBA AS PUBLICAÇÕES DO PT

Instruções:

- 1) Escolha as publicações do seu interesse
- 2) Calcule o valor total
- 3) Escolha a forma de pagamento, se vale postal ou cheque:

Vale Postal - remeta o dinheiro em nome de Rogério de Queiroz Chaves agência Vila Mariana, código de n.º 40 44 20;

Cheque - faça-o nominal ao Partido dos Trabalhadores;

- 4) Mande-nos o seu pedido, juntamente com a cópia do vale postal ou o cheque, no valor total das publicações, e o cupom abaixo, para:
Departamento de Circulação do PT, av. 11 de junho, 260, cep 04041 - São Paulo - SP.

() Boletim Nacional (12 edições) + SOCIALISMO em debate

NCz\$ 10,00

() Boletim Nacional (12 edições)

NCz\$ 6,00

() Teoria & Debate (4 edições)

NCz\$ 7,00

NOME:

END:

CEP: CIDADE: ESTADO:

PROFISSÃO: IDADE: FILIADO AO PT?

As greves não atrapalham

Para o deputado Vladimir Palmeira, elas aprofundam a democracia

BN — *Como a atuação das prefeituras do PT interfere na campanha do Lula?*

VP — As prefeituras estão interferindo diretamente na campanha do Lula porque a população acompanha a prefeitura para poder fazer uma certa projeção sobre a coerência do programa nacional do PT.

E nesse sentido, as prefeituras do PT não avançaram praticamente nada em matéria de participação popular. Esse é um flanco da campanha no enfrentamento com os outros partidos, porque todos vão comparar o nosso discurso com o que estamos fazendo.

O partido precisa se questionar agora sobre como superar esse problema, mas até agora não se questionou. O partido é responsável e não só os prefeitos, mas até agora não se questionou, e pouco está ligando para a participação popular. Até agora, o partido só está avaliando as prefeituras de forma administrativa, e não é essa a forma correta. O PT está querendo mostrar que pode governar como os outros. É a síndrome de Fortaleza, quer dizer, quer mostrar que não é Maria Luiza, que não é desorganização. Mas nós temos que mostrar que podemos governar diferente dos outros. Por enquanto, estamos fazendo governos convencionais, e esse é nosso grande problema.

BN — *Como você analisa o fenômeno Collor de Mello e de que forma isso está influenciando a campanha do PT?*

VP — Os resultados da eleição passada mostraram que o país é mais conservador do que se imaginava: o PMDB foi o partido mais votado. Não é surpresa que a direita tenha um candidato que cresça. Ela estava dividida, e agora aparece o Collor de Mello, correndo por fora. Ele não só pega o eleitorado da direita como invade um pouco o eleitorado progressista, com um discurso con-

tra a corrupção. Isso vai ter que ser desmistificado lentamente, mas em eleições nunca se sabe se isso chega a tempo. Pode ser que todo mundo tenha que ver o Collor governando para poder corrigir.

O PT, antes de atacar o Collor, deveria refletir o programa e defender o papel do partido. Nossa função é marcar posição, prestigiando o movimento organizado, do ponto de vista eleitoral. O Collor tira votos potenciais do PT, mas não é com ele que concorremos. Na verdade, vai ter um candidato de oposição à Nova República e um candidato de direita. Collor está muito forte para ser o candidato da direita. A disputa do candidato progressista vai ser entre o Lula e o Brizola. Por isso, acho que não devemos simplesmente bater no Collor. Temos que mostrar sua incapacidade de governo com delicadeza, se a gente simplesmente bater muito, vai se dizer que a classe política está batendo no Collor, e é justamente o discurso que ele vende.

BN — *A grande imprensa diz que as greves atrapalham a campanha do Lula. O que você acha?*

VP — Não acredito que as greves atrapalhem a candidatura Lula. Se do ponto de vista imediato um setor da população pode estar com raiva da greve dos professores, por exemplo, ou dos ferroviários, a médio prazo, o resultado é positivo e a greve ajuda o PT. Isso porque o PT sempre foi um partido que apoiou o movimento de massa. Se o partido deixasse de apoiar as greves, seria algo escandaloso, e aí sim perderíamos votos. E mesmo que não fortalecesse o PT, o partido não pode trocar greves por votos. Afinal, nossa perspectiva não é disputar a presidência da República pelo cargo, mas para modificar o país, o que só podemos fazer estando umbilicalmente ligados ao

movimento social organizado, que é quem faz greve e contesta.

É um erro completo pensar em segurar o movimento de greve. Ao contrário, o movimento grevista é a garantia — se há alguma — da realização de eleições e do aprofundamento das liberdades no país.

BN — *Como deve ser a campanha do PT?*

VP — A campanha tem que definir a qual público se dirige.

É justo conversar com empresários, dizer qual é o programa, porque estamos conversando com toda a sociedade, para evitar que as pessoas pensem do partido aquilo que ele não é. Mas é preciso lembrar que o nosso discurso é contra os empresários. Mesmo dentro do sistema capitalista, vamos querer que eles paguem o que só os trabalhadores vêm

pagando. De forma que não podemos ficar paparicando com os empresários, dando uma de Mário Covas, competindo num terreno que não é o nosso.

O PT tem que ter uma visão de povão. Temos que pegar o operário e o camponês e, portanto, vai ser um governo contra o grande empresário, o banqueiro e o latifundiário. Qualquer tentativa de diluir o programa do PT para ganhar votos revelaria que o partido estaria inviável como partido de transformação. Tem que ser o partido dos trabalhadores contra os donos do capital. Isso não quer dizer que vamos expropriar o capital deles agora, numa primeira fase, mas que vamos tomar medidas contra a exploração do assalariados.

BN — *Como você vê a realização do socialismo num governo do PT?*

VP — O programa que o

Diretório Nacional tirou é bom. Ele tem reformas democráticas, ainda dentro do sistema capitalista, mas já representam oposição ao sistema. Certamente, se suspendermos o pagamento da dívida externa, avançamos na luta contra a exploração financeira, democratizarmos o aparelho de Estado e fizermos a reforma agrária, este país não fica como está. Os passos concretos que temos para o socialismo é a aplicação restrita do programa do partido. Nesse momento, esse programa não é bancável pelas classes dominantes. Nosso programa tem a perspectiva do socialismo e nos permite chegar ao socialismo. Depende também do adversário, do enfrentamento político. Os caminhos que propomos é uma forma de aprofundarmos a luta social pelo socialismo.

BN — *E como fica a estatização dos bancos?*

VP — No primeiro ponto, o que se quer é um maior controle do capital financeiro, podendo até chegar a estatização dos bancos. A meu ver, a estatização dos bancos, governando num país capitalista, não tem muito sentido nem eficácia. Ao contrário, o governo teria que pegar dinheiro não se sabe de onde para poder pagar aos bancos. Mas não há recursos. O Estado está falido, de forma que isso é inviável. Mas podemos decidir estatizar os bancos como fruto da radicalização da luta de classes, caso os banqueiros se oponham ao governo democrático e popular. Hoje achamos que podemos controlar os bancos sem estatizar.



Vladimir: é preciso exorcizar a síndrome de Fortaleza

Vladimir Palmeira é membro do Diretório Nacional do PT, deputado federal pelo Rio de Janeiro. Foi presidente da União Municipal dos Estudantes do Rio